




ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro: UNESPAR/UVA		Protocolo:
Em: 17/12/2021 17:24		18.459.991-0
CPF Interessado 1: 642.798.479-91		
Interessado 1: NÁDIA MOROZ LUCIANI		
Interessado 2: -		
Assunto: CONTRATO/CONVENIO		Cidade: UNIAO DA VITORIA / PR
Palavras-chave: PROPOSTA		
Nº/Ano 1/2021		
Detalhamento: CARTA-SOLICITAÇÃO PARA O ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ERI) SOLICITANDO ABERTURA DO PROCESSO DE CONVÊNIO ENTRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR) E A UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES (UNQ),		
Código TTD: -		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>

CARTA-SOLICITAÇÃO

Estimada Prof.^a Dr.^a Nádia Moroz Luciani, Diretora do Escritório de Relações Internacionais (ERI), eu, Michel Kobelinski, gentilmente solicito a abertura do processo de convênio entre a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Provincia de Buenos Aires, Argentina.

Em tratativas estabelecidas com a Prof.^a Mg. Alejandra F. Rodrigues acordamos em estreitar os laços institucionais a partir do fortalecimento de uma rede de pós-graduação e de pesquisa entre os Cursos de Pós-Graduação Strictu sensu, História Pública (Unespar), Ensino de História – ProfHistória (Unespar) e História Pública e Divulgação da História (UNQ). Em tese, seguimos a premissa do Plano Nacional de Pós Graduação (PNPG), 2011-2020, apesar dos atuais entraves entre a gestão do atual governo e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Neste sentido, justifica-se a solicitação devido a consolidação e a efetivação de redes temáticas de pesquisa estabelecidas em torno da História Pública nas referidas instituições, que abrem oportunidades de parcerias e diálogos com historiadores e pesquisadores do Cone Sul, América do Sul e Latina, e seus públicos. Cabe dizer que a cooperação entre a Unespar e a UNQ, visa atender às políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos através de convergência temática em rede, como preconiza o PNPG. Acrescento ainda, que iniciativas desta natureza são indispensáveis para qualificação dos programas já mencionados no tocante a internacionalização e cooperação internacional, com vantagens às instituições e às comunidades que as abrangem.

Nesse processo, destaque-se as atividades em curso e já programadas para 2022. Exemplo disso é o evento “Historias, memorias y artes en el espacio público (Brasil y Argentina), vinculado ao Project Manager Explorers and Delegate Steering Committee, da International Federation for Public History, IFPH-FIHP, na qual atuei com a Prof.^a Mg. Alejandra F. Rodrigues. Oficinas, concursos e minicursos serão oferecidos aos alunos da Pós-Graduação, cuja expectativa e impacto, envolve, igualmente comunidade não escolar ou não acadêmica.

Nesse quesito, no que se refere à sua especificidade, entendemos que as universidades fortalecerão o intercâmbios de estudantes e professores da Pós-graduação; participação em

comitês científicos de revistas digitais ou em formato papel de ambas instituições, visitas técnicas, organização de congressos, colóquios e seminários mediante o convite de pesquisadores; publicações conjuntas, projetos de ensino, pesquisa e extensão em conjunto; orientação e coorientação de dissertações de Mestrado nessas instituições, e participação em bancas examinadoras respeitadas as normatizações das instituições envolvidas; permuta de material bibliográfico, entre outros.

A seguir, apresentamos os quadros do corpo docente e as disciplinas dos referidos cursos de Pós-Graduação.

UNQ - HPDH

Historia pública: el ejercicio de la divulgación de la historia.	Ciclo Básico Obligatorio	Alejandro Hernan Morea
Cultura material, museos y colecciones.	Ciclo Básico Obligatorio	Mariana Paganini
Historia, edición y divulgación.	Ciclo Básico Obligatorio	Graciela Alejandra Giuliani
La Historia en el cine y la televisión.	Ciclo Básico Obligatorio	Alejandra Fabiana Rodriguez
Historia, memorias y fuentes orales.	Ciclo Básico Obligatorio	Lucia Abbatista
Programas públicos en bibliotecas, archivos y centros de documentación.	Ciclo Básico Obligatorio	Silvia Hanssman
Escritura para el gran público, leer y escribir en la era digital.	Ciclo Básico Obligatorio	Laura Cilento
Turismo histórico-patrimonial y territorio.	Ciclo Básico Obligatorio	Cecilia Verena Perez Winter
Historia Pública en las escuelas: prácticas y materiales.	Ciclo Electivo	Gisela Andrade
Problemas de la Historia Pública, entre la teoría y la práctica.	Ciclo Electivo	Susana de Luque
Historia, política y debates contemporáneos.	Ciclo Electivo	Martha Rodríguez
Proyectos de fotografía y cultura visual.	Ciclo Electivo	Andrea Laura Cuarterolo
Taller de radio y nuevos formatos.	Ciclo Electivo	Martin Eduardo Iglesias
Historia interactiva: juegos, videojuegos y aplicaciones	Ciclo Electivo	Guillermo Martín Santos
Pantallas y narrativas digitales	Ciclo Electivo	Leonardo Norberto Murolo
Teorías de Historia e historiografía	Ciclo Electivo	Silvia Mabel Ratto
Historia de América Latina Contemporánea	Ciclo Electivo	Karina Vasquez
Seminario de actualización I	Ciclo Electivo	Karina Ines Ramacciotti
Seminario de actualización II	Ciclo Electivo	Pablo Osvaldo Esteban
Taller de Investigación en Historia Pública y Divulgación de la Historia	Ciclo de investigación y producción para el Trabajo Final	Guillermo di Martinelli
Taller de Producción de Obra en Historia Pública y Divulgación de la Historia	Ciclo de investigación y producción para el Trabajo Final	Dana Gabriela Zylberman
Actividades de investigación y tutoría vinculadas al trabajo final	Ver de qué modo se acreditan	

UNESPAR/HISTÓRIA PÚBLICA/PROFHISTÓRIA

		Angelo Aparecido Piori
História Pública e Teorias das História	Obrigatória	Bruno Flávio Lontra Fagundes
Tópicos especiais em Saberes e Linguagens III: História Pública e Estudos de Gênero	Eletiva linha 1	Claudia Piori
Produção de conhecimentos históricos e educacionais na relação com os espaços públicos: memórias e narrativas	Eletiva - linha 2	Cyntia Simioni Franca
Projeto Integrador em História Pública	Obrigatória	Fábio André Hahn
Tópicos especiais em Memórias e Espaços de Formação II: História Pública e Ensino de História	Eletiva – linha 2	Federico José Alvez Cavanna
Religião, Política e Espaço Público [provisório]	Eletiva linha 2	Frank Antonio Mezzomo
Tópicos especiais em Saberes e Linguagens IV: História Pública Digital	Eletiva	Jorge Pagliarini Junior
Seminário de Pesquisa	Obrigatória	Michel Kobelinski
História e história pública		Ricardo Marques de Mello
Tópicos especiais em Memórias e Espaços de Formação I: História Pública e Memória da Escravidão e da Liberdade no Brasil	Eletiva linha 2	Ricardo Tadeu Caires Silva
Tópicos especiais em Memórias e Espaços de Formação I: História Pública e Memória da Escravidão e da Liberdade no Brasil	Eletiva linha 2	Eulália Maria Aparecida de Moraes
Tópicos especiais em Memórias e Espaços de Formação II	Eletiva linha 2	Marcos Roberto Pirateli

Os contatos com a Universidade Nacional de Quilmes devem ser feitos com Andrrea Asaro (andrea.asaro@unq.edu.ar).

Sem mais para o momento, reitero votos de estima e consideração, ficando a disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Michel Kobelinski

União da Vitória, 17 de dezembro de 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
ESCRIT.RELACOES INTERNACIONAIS

Protocolo: 18.459.991-0
Assunto: CARTA-SOLICITAÇÃO PARA O Escritório de Relações Internacionais (ERI) solicitANDO abertura do processo de convênio entre a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Provincia de Buenos Aires, Argentina.
Interessado: NÁDIA MOROZ LUCIANI
Data: 08/03/2022 18:17

DESPACHO

Curitiba 08 de março de 2022.

Para Divisão de Convênios e Mobilidade do ERI

Prezadas,

Considerando o recebimento da documentação solicitada à Universidade de Quilmes, na Argentina, solicito que a mesma seja anexada ao processo e que seja dado o andamento necessário à aprovação e assinatura do respectivo Termo de Convênio.

Atenciosamente,
Prof.a Dr.a Nadia Moroz Luciani
Diretora do ERI



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_1.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Nadia Moroz Luciani** em 08/03/2022 18:17.

Inserido ao protocolo **18.459.991-0** por: **Nadia Moroz Luciani** em: 08/03/2022 18:17.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
5a4a489d59121f9e2cc0c6cb2953beda.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



MEMO N.º 004/2022 – ERI

Curitiba, 10 de março de 2022.

De: **Escritório de Relações Internacionais – ERI**

Para: **Diretoria de Convênios e Projetos – DCP**

Assunto: Encaminha acordo de cooperação internacional UNQ-UNESPAR

Estimada Diretora,

Em virtude à solicitação realizada pelo prof. Michel Kobelinski, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória, via e-protocolo e e-mail, requisitando o estabelecimento de um convênio com a *Universidad Nacional de Quilmes* (UNQ), da Argentina, e mediante confirmação do interesse da referida instituição em firmá-lo, encaminhamos o termo de acordo interinstitucional entre a UNQ e a UNESPAR na versão original em português e espanhol para apreciação e encaminhamento de tramitação interna de parecer, aprovação e assinatura do termo.

Salientamos a relevância e importância desta oportunidade de parceria para docentes, estudantes e agentes universitários da UNESPAR, considerando mobilidades e projetos conjuntos. Em especial, o interesse dos programas strictu sensu de Pós-Graduação da UNESPAR, História Pública e Ensino de História - ProfHistória em instituir e fortalecer uma rede de pós-graduação e de pesquisa com o Programa de Pós-Graduação em Divulgação da História (UNQ).

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço e me coloco a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,

Prof.ª Dr.ª Nadia Moroz Luciani
Diretora do Escritório de Relações Internacionais
Portaria n.º 031/2021 – Reitoria/UNESPAR

Escritório de Curitiba - Av. Prefeito Lothário Meissner N.º 350 | Jardim Botânico | CEP: 80210-170 | Curitiba/PR

Telefone: (41) 3281-7465 | eri@unespar.edu.br

QUILMES, 3 DE NOVIEMBRE DE 2021

VISTO la Sesión Extraordinaria de Asamblea Universitaria convocada por Resolución R. N° 1056/21, para la elección de Rector y Vicerrector para el periodo comprendido desde el 10 de diciembre 2021 y hasta el 10 de diciembre 2025, celebrada en el día de la fecha, y

CONSIDERANDO:

Que la Asamblea quedó constituida con la presencia absoluta de los señores asambleístas, reuniéndose en consecuencia el quórum previsto en el artículo 21° del Reglamento de Funcionamiento Interno y orden de Sesiones de este órgano máximo de gobierno (dos tercios del total de sus integrantes).

Que en dicha sesión fueron propuestos como Rector de la Universidad Nacional de Quilmes, el Mg. Alfredo Alfonso y como Vicerrectora la Dra. María Alejandra Zinni.

Que en primera votación, la fórmula presentada y verificada a viva voz, como lo estipula el Art. 32° del Reglamento de Funcionamiento Interno de Asamblea, arrojó como resultado 70 (setenta) votos por la positiva y 1 (una) abstención.

Que consecuentemente, la fórmula Alfonso-Zinni, reunió la mayoría de los votos de los miembros presentes, integrantes de la Asamblea, dando cumplimiento a lo normado en el artículo 74° del Estatuto Universitario.

Por ello, de conformidad con lo estipulado en el artículo 55°, inc. d) del Estatuto Universitario y en ejercicio de sus atribuciones,

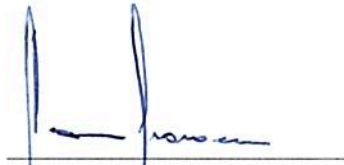
**LA ASAMBLEA UNIVERSITARIA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES
RESUELVE:**

ARTICULO 1°: Designar Rector de la Universidad Nacional de Quilmes, para el período comprendido entre el 10 de diciembre de 2021 y el 10 de diciembre de 2025, al Mg. Alfredo Alfonso, DNI 18.277.263.

ARTICULO 2°: Designar Vicerrectora de la Universidad Nacional de Quilmes, para el período comprendido entre el 10 de diciembre de 2021 y el 10 de diciembre de 2025, a la Dra. María Alejandra Zinni, DNI 20.962.983

ARTICULO 3°: Regístrese, practíquense las comunicaciones de estilo, expídanse las certificaciones correspondientes, dese a difusión y oportunamente, archívese.

RESOLUCION (AU) N°: 03/21



Prof. Daniel Cravacuore
Secretaria de Asamblea



Prof. Nancy Calvo
Presidente de Asamblea

ESTATUTO DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES

Reformado integralmente el 3 de agosto de 2004

Inserido ao Protocolo 18.459.991-0 por Ana Carolina Marcondes Venialgo em: 10/03/2022 10:43. Download realizado por Gisele Maria Ratiguieri em 14/03/2022 18:43

Inserido ao protocolo **18.459.991-0** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 14/03/2022 18:43.



Inserido ao Protocolo 18.459.991-0 por Ana Carolina Marcondes Venialgo em: 10/03/2022 10:43. Download realizado por Gisele Maria Ratiguieri em 14/03/2022 18:43

Inserido ao protocolo **18.459.991-0** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 14/03/2022 18:43.

ÍNDICE

Disposiciones generales	5
Titulo I: principios y fines	6
Titulo II: miembros de la comunidad universitaria	8
Titulo III: estructura universitaria	15
Titulo IV: gobierno de la universidad	17
Titulo V: del régimen electoral	35
Titulo VI: de los tribunales y juicios académicos	37
Titulo VII: del consejo social comunitario	38
Titulo VIII: de la asistencia social	39
Titulo IX: patrimonios y recursos	40
Titulo X: disposiciones transitorias	41
Anexo	43



Inserido ao Protocolo 18.459.991-0 por Ana Carolina Marcondes Venialgo em: 10/03/2022 10:43. Download realizado por Gisele Maria Ratiguieri em 14/03/2022 18:43

Inserido ao protocolo **18.459.991-0** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 14/03/2022 18:43.

DISPOSICIONES GENERALES



Artículo 1º La Universidad Nacional de Quilmes es una persona jurídica de carácter público creada el 23 de octubre de 1989 por Ley Nº 23.749 del Congreso de la Nación. Ajusta sus fines y actividades a las leyes y disposiciones que le son de aplicación.

Artículo 2º La Universidad dicta sus Estatutos en ejercicio de la autonomía y autarquía que confieren el Artículo 75º, Inciso 19, tercer párrafo, in fine, de la Constitución Nacional.

Artículo 3º La sede principal de la Universidad se encuentra ubicada en la localidad de Bernal, Partido de Quilmes, Provincia de Buenos Aires.

Artículo 4º Los órganos de gobierno colegiados de la Universidad se rigen por este estatuto, por sus reglamentos internos y, supletoriamente, por el reglamento interno de la Cámara de Senadores de la Nación, que también servirá como fuente de interpretación de las presentes normas.

TÍTULO I

PRINCIPIOS

Y FINES

Artículo 5° La Universidad tiene por misión la producción, enseñanza y difusión de conocimientos del más alto nivel en un clima de igualdad y pluralidad.

Artículo 6° Las funciones básicas de la Universidad son la docencia, la investigación, la extensión, la formación de recursos humanos, el desarrollo tecnológico, la innovación productiva y la promoción de la cultura.

Artículo 7° La Universidad

- a) Garantiza la gratuidad de la enseñanza de grado en todas las carreras ofrecidas en su modalidad presencial.*
- b) Asegura la igualdad de oportunidades y posibilidades.
- c) Hace efectiva la corresponsabilidad de todos los miembros de la comunidad universitaria.
- d) Tiende a una mayor articulación con los demás niveles de la enseñanza y con otras Universidades Nacionales.
- e) Mantiene la vinculación y el perfeccionamiento de los egresados.

*El inciso a) ha sido observado por Resolución 1040/04 del Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Nación (ver Anexo en página 43).

- f) Educa en el respeto y la defensa de los derechos humanos, la confraternidad y la paz entre los pueblos.
- g) Garantiza en todos los ámbitos la más amplia libertad de juicios, criterios y orientaciones filosóficas y científicas, promoviendo la reflexión crítica del conocimiento.
- h) Asegura el perfeccionamiento del personal docente y administrativo y de servicios, en las áreas científica, profesional, técnica o de servicios, en todos los aspectos que correspondiesen para su más adecuada formación.
- i) Promueve y desarrolla los estudios de posgrado, facilitando a los graduados de la Universidad el acceso a ellos.
- j) Da a publicidad los actos de gobierno. El Consejo Superior establece las formas en que dichos actos son dados a publicidad y puestos a disposición pública.

TÍTULO II

MIEMBROS DE LA COMUNIDAD UNIVERSITARIA

Artículo 8º Integran la Comunidad Universitaria: docentes, estudiantes, graduados y personal administrativo y de servicios.

Capítulo I: De los docentes

Artículo 9º Los docentes de la Universidad se agrupan en las siguientes categorías:

- a) Profesor Titular
- b) Profesor Asociado
- c) Profesor Adjunto
- d) Profesor Instructor

Corresponde al Consejo Superior regular y reglamentar la carrera académica de los docentes.

Artículo 10º Los docentes de la Universidad tienen el carácter de:

- a) Ordinarios
- b) Interinos
- c) Extraordinarios
 - c1) Eméritos
 - c2) Consultos
 - c3) Honorarios
- d) Invitados
- e) Temporarios

Artículo 11º Los docentes ordinarios constituyen el eje a partir del cual se estructura la enseñanza e investigación den-

tro de la Universidad, participan de su gobierno en la forma que lo establece el presente Estatuto y sobre ellos recae la responsabilidad del cumplimiento de los fines de la Universidad.

Artículo 12º Los docentes ordinarios son designados por el Consejo Superior mediante concurso público y abierto de títulos, antecedentes y oposición, conforme al reglamento de concursos docentes que dicta dicho Consejo. Los miembros del Consejo Superior y de los consejos departamentales, los directores de carrera y los secretarios de Universidad no pueden integrar los jurados de los concursos docentes y para presentarse a ellos deben solicitar licencia.

Artículo 13º Los concursos docentes deben asegurar:

- a) La exclusión de toda discriminación.
- b) Que los antecedentes, la versación de los candidatos y su capacidad como docentes y como investigadores, sólo sean evaluados por jurados con jerarquía, por lo menos, equivalente, y de autoridad e imparcialidad indiscutibles.
- c) La inclusión de los alumnos, quienes pueden participar como veedores.

Artículo 14º Los docentes interinos son aquellos cuya designación cubre transitoriamente las necesidades de la Planta Básica Docente, hasta la sustanciación del respectivo concurso. Son designados por el Consejo Superior a propuesta de los consejos departamentales. El Consejo Superior reglamenta la procedencia, los términos y la duración de los interinatos docentes.**

**El artículo ha sido observado por Resolución 1040 del Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Nación (ver Anexo en página 43).

Artículo 15° Los profesores extraordinarios son designados por el Consejo Superior en consideración a sus méritos a propuesta de uno o varios de sus miembros o de un Consejo Departamental. Deben contar con la aprobación de al menos las dos terceras partes de los integrantes del Consejo Superior.

Artículo 16° Profesor Emérito es el Profesor Titular Ordinario que, habiendo alcanzado los requisitos para su retiro, es designado como tal por haber revelado condiciones excepcionales en su desempeño.

Artículo 17° Profesor Consulto es el Profesor Ordinario, Titular o Asociado, que habiendo alcanzado los requisitos para su retiro, es designado como tal por haber revelado condiciones destacadas en su desempeño.

Artículo 18° Los Profesores Eméritos y Consultos pueden continuar en la investigación y la docencia.

Artículo 19° Los Profesores Honorarios son personalidades eminentes del país o del extranjero, a quienes la Universidad honra especialmente con esa designación.

Artículo 20° Los docentes invitados son profesores o investigadores externos a la Universidad, a quienes se invita con la remuneración y por el lapso que en cada caso se estipule.

Artículo 21° Los docentes temporarios son aquellos cuyas actividades cubren necesidades de docencia no incluidas en las plantas básicas.

Artículo 22° La Universidad, de acuerdo con los Artículos 5º, 6º, 7º del presente Estatuto, fomenta la formación de equi-

pos de investigación y desarrollo tendientes a la generación de nuevos conocimientos.

Artículo 23º Los docentes que realizan investigación en el respectivo departamento en el marco de los lineamientos, las instancias de gestión y los procedimientos establecidos por la Universidad, son considerados docentes investigadores.

Artículo 24º El Consejo Superior reglamenta un sistema de becas de investigación que promueve la formación de estudiantes y graduados de acuerdo con los postulados incluidos en el Artículo 7º del presente Estatuto.

Artículo 25º Los Departamentos de la Universidad conforman, de acuerdo con sus necesidades y la reglamentación que al efecto dicta el Consejo Superior, cuerpos de auxiliares académicos, cuya función es la asistencia a las actividades de docencia, investigación, transferencia y/o extensión.

Artículo 26º El Consejo Superior reglamenta los derechos, deberes y funciones para cada una de las categorías docentes, así como un sistema de dedicaciones para los docentes ordinarios.

Artículo 27º El Consejo Superior reglamenta la Carrera Docente. Se ingresa a la misma mediante concurso público y abierto, de acuerdo con los términos del Artículo 13º del presente estatuto. La permanencia y la promoción en la Carrera Docente se logra a través de evaluaciones periódicas realizadas por pares externos ad referendum del Consejo Superior. El egreso se produce como resultado de dos evaluaciones negativas consecutivas o tres no consecutivas. El cargo que por ello

resulte vacante debe cubrirse mediante nuevo concurso.

Artículo 28º El sistema de evaluación, que reglamenta el Consejo Superior, debe contemplar normas y criterios explícitos para la evaluación, los mecanismos de revisión, así como la idoneidad, autoridad y competencia por parte de los evaluadores.

Artículo 29º Se instituye el año sabático para los docentes, titulares y asociados ordinarios. El Consejo Superior lo reglamenta para que los docentes puedan concurrir periódicamente a destacados centros académicos o para realizar libremente actividades intelectuales en concordancia con los fines básicos de la Universidad.

Capítulo II: De los Estudiantes

Artículo 30º Para ingresar como estudiante a la Universidad se debe cumplir con los requisitos dispuestos por la legislación vigente y ajustarse a las condiciones de admisibilidad que establezca el Consejo Superior.

Artículo 31º Son estudiantes todas las personas inscriptas en alguna de las diplomaturas o carreras de la Universidad y que observan la regularidad en sus estudios de acuerdo con las reglamentaciones que a tales efectos dicta el Consejo Superior, en concordancia con lo dispuesto por la legislación vigente.

Artículo 32º Los estudiantes tienen los siguientes derechos y deberes:

Son derechos:

- a) Que se les imparta enseñanza en el espíritu de la Constitución Nacional.

- b) Acceder a la Universidad sin discriminaciones de ninguna naturaleza.
- c) Asociarse libremente en Centros de Estudiantes.
- d) Elegir sus representantes y participar en el gobierno y la vida de la Universidad, conforme al presente Estatuto.
- e) Que se les asista social y económicamente en función de sus capacidades, dedicación y necesidades, conforme con las reglamentaciones que dicta el Consejo Superior.

Son deberes:

- a) Respetar los Estatutos y reglamentaciones de esta Universidad.
- b) Adquirir conocimientos y formarse integralmente cumpliendo con los requisitos que se establecen, y aportar dichos conocimientos para beneficio de la comunidad.
- c) Observar las condiciones de estudio, investigación, trabajo y convivencia que estipula la Universidad.
- d) Respetar el disenso, las diferencias individuales, la creatividad personal y colectiva y el trabajo en equipo.

Artículo 33º El Rector, a solicitud de los directores departamentales, autoriza la inscripción de estudiantes en asignaturas que no correspondan a la diplomatura o la carrera que cursa, y expide certificados de aprobación.

Capítulo III: De los Graduados

Artículo 34º Es graduado de la Universidad el egresado de sus carreras de grado y/o posgrado de acuerdo con las reglamentaciones que a tal efecto dicta el Consejo Superior.

Artículo 35° Son derechos de los graduados:

- a) Asociarse libremente en Centros de Graduados; elegir sus representantes y participar en el gobierno y en todas las actividades de la Universidad, conforme a este Estatuto.
- b) Elegir o ser elegidos para integrar los órganos colegiados. Para gozar de estos derechos deberán estar incorporados en el padrón correspondiente y no estar comprendidos en las incompatibilidades previstas en el Título V del presente estatuto.

Capítulo IV: Del Personal administrativo y de servicios

Artículo 36° El escalafón del personal administrativo y de servicios prevé cuanto menos los siguientes agrupamientos:

- a) Técnico Profesional
- b) Técnico
- c) Administrativo
- d) De Servicios

Artículo 37° El Consejo Superior reglamenta la Carrera Administrativa y de Servicios garantizando la formación y capacitación permanentes. Se ingresa a la misma mediante concurso público. La promoción se logra a través de evaluaciones periódicas. Pertenecen a la carrera todos los cargos previstos en el escalafón respectivo hasta directores generales inclusive.

Artículo 38° Supletoriamente a las disposiciones del presente Estatuto y las resoluciones del Consejo Superior, rige el Régimen Jurídico Básico para la Función Pública.

TÍTULO III

ESTRUCTURA

UNIVERSITARIA



Artículo 39º La Universidad adopta como base de su organización académica la estructura departamental con el objeto de proporcionar orientación sistemática a las actividades docentes y de investigación mediante el agrupamiento de las disciplinas afines y la comunicación entre docentes y estudiantes de distintas carreras.

Capítulo I: De los Departamentos

Artículo 40º Los Departamentos son unidades académicas responsables del diseño, la planificación y la ejecución de la docencia, la investigación, el desarrollo, la transferencia y la extensión.

Artículo 41º La autoridad máxima de cada Departamento es su Consejo Departamental.

Artículo 42º Cada Departamento es dirigido por un Director, quién preside las sesiones del Consejo Departamental respectivo.

Capítulo II: De las Carreras y Diplomaturas

Artículo 43º Las carreras y las diplomaturas son unidades curriculares y dependen del Departamento responsable del desarrollo de las asignaturas que constituyen el núcleo básico de los respectivos planes de estudio.

Artículo 44° Cada carrera o diplomatura está a cargo de un Director designado por el Consejo Departamental respectivo.

Capítulo III: De las áreas

Artículo 45° Las áreas son unidades organizativas que integran los Departamentos. Agrupan a los docentes de acuerdo con campos de conocimiento. Promueven la formación permanente de sus integrantes y proveen los docentes necesarios para las actividades de enseñanza.

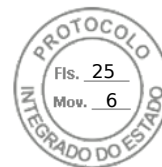
Capítulo IV: De los Centros, Institutos y Programas Especiales

Artículo 46° El Consejo Superior crea los Centros, Institutos y Programas Especiales. Establece sus funciones y reglamenta su estructura orgánico-funcional, su forma de gobierno y establece mecanismos de evaluación periódicas por jurados de expertos externos.

Artículo 47° Los Centros, Institutos y Programas Especiales pueden: realizar investigaciones científicas y tecnológicas; desarrollar actividades de transferencia de conocimientos y tecnologías; adoptar modelos diferenciados de organización pedagógica; proyectar programas académicos y/o toda actividad que facilite la formación, actualización, difusión y extensión del conocimiento y la cultura.

TÍTULO IV

GOBIERNO DE LA UNIVERSIDAD



Artículo 48º El gobierno y la administración de la Universidad son ejercidos por todos los miembros de la comunidad universitaria, a través de:

- a) La Asamblea Universitaria
- b) El Consejo Superior
- c) El Rector o el Vicerrector
- d) Los Consejos Departamentales
- e) Los Directores o Vicedirectores de Departamento
- f) Los Directores de las Carreras y las Diplomaturas

Artículo 49º El ejercicio de cargos electivos en representación de los estamentos es incompatible con el ejercicio de funciones ejecutivas en la Universidad.

Capítulo I: De la Asamblea Universitaria

Artículo 50º La Asamblea Universitaria es el órgano máximo de gobierno de la Universidad.

Artículo 51º Integran la Asamblea Universitaria:

- a) Los miembros del Consejo Superior.
- b) Los miembros de los Consejos Departamentales.
- c) Tres representantes elegidos por el personal administrativo y de servicios.

El Vicerrector, los Vicedirectores de Departamento y el representante del Consejo Social Comunitario, tendrán voz y no voto.

Artículo 52º La Asamblea Universitaria:

- a) Dicta su reglamento interno.
- b) Acepta o rechaza la necesidad de la reforma total o parcial del Estatuto con el voto de las dos terceras partes de los miembros presentes, siempre que éstos sean por lo menos la mitad más uno del total de los integrantes del cuerpo.
- c) Reforma con el voto de las dos terceras partes de los miembros presentes el Estatuto de la Universidad en Sesión Extraordinaria convocada a tal efecto.
- d) Designa al Rector y al Vicerrector y decide sobre sus renunciaciones.
- e) Suspende o separa al Rector y/o al Vicerrector por las causas previstas en el presente Estatuto, en sesión extraordinaria convocada a tal efecto y con una mayoría de dos tercios de los votos de los integrantes del cuerpo.
- f) Formula los objetivos, fija las políticas de la Universidad y evalúa su cumplimiento.
- g) Decide sobre el gobierno de la Universidad en caso de imposibilidad efectiva de quorum en el Consejo Superior o conflicto insoluble en ese cuerpo. La decisión se adopta con una mayoría de dos tercios de los votos de los miembros presentes.
- h) Ratifica o rectifica, en sesión especial, las intervenciones a los departamentos que hubieran sido dispuestas por el Consejo Superior. En dicha sesión, las autoridades del departamento intervenido tendrán voz pero no voto.
- i) Crea y disuelve departamentos con una mayoría de las dos terceras partes de los votos de los miembros presentes, siempre que este número no resultara inferior a la mitad más uno del total de los integrantes del cuerpo.

Artículo 53º La Asamblea Universitaria sesiona en la sede de la Universidad o, en su defecto, en el lugar que fije el Consejo Superior o la autoridad legalmente convocante cuando hubiere algún impedimento material o de fuerza mayor.

Artículo 54º La Asamblea Universitaria sesiona válidamente con la presencia de la mitad más uno de sus miembros, salvo en los casos en que este Estatuto haya previsto una mayoría especial para la adopción de sus decisiones. En este supuesto, el quorum será el de dicha mayoría especial. El reglamento interno que sanciona la Asamblea Universitaria debe prever el procedimiento a seguir para el caso de no constituirse el quorum para sesionar.

Artículo 55º La Asamblea Universitaria considera los asuntos para los cuales ha sido expresamente convocada. No modifica, amplía o reduce el orden del día. Cualquier decisión que eventualmente se adopte sobre una cuestión no prevista en el temario de la convocatoria es nula de nulidad absoluta.

Artículo 56º La Asamblea Universitaria se reúne en sesión ordinaria una vez al año a efectos de formular los objetivos de la Universidad, fijar las políticas y evaluar su cumplimiento. En dicha sesión aprueba o rechaza la memoria anual y las cuentas de inversión de fondos presentadas por el Rector con dictamen del Consejo Superior. Los Directores de Carrera y Diplomatura participen de estas sesiones con voz y sin voto.

Artículo 57º La Asamblea Universitaria es convocada por:

- a) El Rector mediante fundamentación adecuada.
- b) La mitad más uno de los miembros de la Asam-

blea Universitaria mediante escrito fundado y firmado, o las dos terceras partes de la misma cuando se trate de la modificación del Estatuto.

Artículo 58º La convocatoria a Asamblea Universitaria se notifica por escrito a cada uno de sus integrantes, con una antelación como mínimo de diez días corridos, y por comunicación pública a todos los miembros de la Comunidad Universitaria, debiendo hacerse conocer, en ambos casos, el orden del día de la sesión.

Artículo 59º La Asamblea Universitaria es presidida por el Rector; en su ausencia, por el Vicerrector; en ausencia de uno y otro, por el Asambleísta del Claustro Docente de mayor edad que se halle presente, quien llamará a que aquélla elija a un asambleísta del Claustro Docente por mayoría simple de votos de los presentes para que la presida. El presidente tiene voto calificado en caso de empate y designa entre los asambleístas al Secretario de la Asamblea.

Capítulo II: Del Consejo Superior

Artículo 60º Integran el Consejo Superior:

- a) El Rector.
- b) El Vicerrector con voz pero sin voto.
- c) Los Directores de Departamento.
- d) Diez consejeros elegidos por el claustro docente.
- e) Cinco consejeros elegidos por el claustro estudiantil de grado.
- f) Tres consejeros elegidos por el personal administrativo y de servicios.
- g) Un consejero elegido por el claustro de graduados.
- h) Un consejero por el Consejo Social Comunitario con voz pero sin voto.

El mandato de los consejeros docentes es de cuatro años. El de los restantes es de dos años. Los representantes del Personal Administrativo y de Servicios no tienen voto en los asuntos estrictamente académicos, en cuyo caso no integran el quorum.

Artículo 61º El Consejo Superior es presidido por el Rector o, en ausencia de éste, por el Vicerrector; en ausencia de uno y otro, por el consejero superior del Claustro Docente de mayor edad que se halle presente, quien llamará a que este cuerpo elija un consejero del Claustro Docente por mayoría simple de votos de los presentes para que lo presida. Quien preside las sesiones tiene voz y voto y, en caso de empate, su voto es calificado.

Artículo 62º El Consejo Superior:

- a) Ejerce la jurisdicción superior universitaria y, por vía de recursos, el contralor de legitimidad y oportunidad sobre las decisiones del Rector, de los Consejos Departamentales y demás órganos de la Universidad.
- b) Dicta su reglamento interno.
- c) Crea, suspende o suprime organismos y carreras de grado y posgrado y, a propuesta del Rector, aprueba la estructura orgánica-funcional de la Universidad.
- d) Dicta los reglamentos generales necesarios para el régimen de estudios de grado y de posgrado, planea las actividades universitarias, orienta la enseñanza y la investigación.
- e) Dispone anualmente el calendario académico, la oferta educativa y las condiciones de admisibilidad para cada ciclo lectivo, de acuerdo con la evolución de los recursos patrimoniales, físicos y humanos de la Universidad así como de sus objetivos.

- f) Aprueba los planes de estudio, a propuesta de los Consejos Departamentales, aprueba el alcance de los títulos y grados académicos que otorga la Universidad, en concordancia con la legislación vigente, y reglamenta todas las cuestiones referidas a equivalencias.
- g) Establece el régimen laboral y salarial del personal de la Universidad, en concordancia con la legislación nacional vigente; proyecta y aprueba las carreras docente y administrativa y de servicios, y planea los sistemas de evaluación de desempeño respectivos. Reglamenta la creación y el funcionamiento del cuerpo de auxiliares académicos. Reglamenta el año sabático.
- h) Aprueba los reglamentos para la provisión de cargos docentes y la Planta Básica Docente de los departamentos; efectúa un plan anual de llamado a concursos para aquélla, designa los profesores ordinarios, y establece un sistema de contrataciones para necesidades transitorias de docencia, investigación y extensión.
- i) Reglamenta la docencia libre que contemple la ampliación de los cursos oficiales, asignaturas paralelas y el desarrollo de temas y/o materias relacionados con las carreras.
- j) Reglamenta y establece prioridades para la investigación científica y tecnológica de la Universidad.
- k) Designa profesores extraordinarios y otorga el título de Doctor Honoris Causa a destacadas figuras nacionales o extranjeras.
- l) Aprueba las evaluaciones periódicas de los docentes.
- ll) Reglamenta las facultades para administrar y disponer del patrimonio de la Universidad; acep-

- ta herencias, legados, donaciones, subsidios y otras contribuciones.
- m) Aprueba el presupuesto anual y controla periódicamente la gestión presupuestaria; dictamina acerca de las cuentas y la inversión de fondos presentadas por el Rector.
- n) Faculta a autoridades, funcionarios y docentes universitarios para suscribir convenios con otras instituciones, los que tendrán vigencia una vez ratificados por el propio Consejo.
- ñ) Reglamenta las acciones dirigidas a la valorización, explotación, utilización de recursos y productos de las capacidades científico-tecnológicas de la Universidad, incluyendo el fomento de la vinculación y la transferencia de tecnología. Estas acciones pueden realizarse en forma directa o mediante la organización de fundaciones, entidades sin fines de lucro o sociedades, en forma individual o asociándose con otras personas.
- o) Reglamenta los juicios académicos y constituye el Tribunal Universitario encargado de sustanciarlos.
- p) Reglamenta el procedimiento para la sustanciación de los sumarios administrativos, dicta un régimen de convivencia para la Universidad. Previo sumario sanciona, suspende o expulsa a personal de la Universidad y a sus estudiantes, por faltas graves en sus deberes.
- q) Suspende o separa a cualquier integrante de un órgano colegiado de gobierno, o interviene una dependencia académica, por irregularidades manifiestas, en sesión especial a tal fin y en pliego fundado. La intervención no puede exceder los 60 días.
- r) Resuelve los pedidos de licencia solicitados por el Rector, el Vicerrector y los miembros del Consejo.

- s) Dicta el régimen electoral de la Universidad.
- t) Cumple y hace cumplir el presente Estatuto y las resoluciones de la Asamblea Universitaria en el ámbito de su competencia. Reglamentar sobre la publicidad de los actos de gobierno.
- u) Resuelve sobre toda otra facultad que no se encuentre asignada a otro órgano de gobierno por el presente Estatuto.
- v) Reglamenta la organización y funcionamiento de la asistencia social de la comunidad universitaria.
- w) Designa los integrantes de las comisiones evaluadoras seleccionándolos de los Bancos de evaluadores conformados por los consejos departamentales.

Las resoluciones referidas a los incisos c), k), p) en lo que se refiere a sanciones, suspensiones o expulsiones, y q) deben ser adoptadas por los dos tercios de los integrantes del Consejo Superior.

Artículo 63º El Consejo Superior sesiona válidamente con quorum compuesto por mayoría absoluta de sus miembros.

Artículo 64º El Consejo Superior considera los asuntos para los cuales es convocado. La mayoría de los integrantes del Cuerpo puede aceptar la inclusión de otros asuntos.

Artículo 65º El Consejo Superior es convocado por el Rector, o su reemplazante, cuando lo considere oportuno o necesario, o por propia iniciativa, con el aval de la mitad más uno de sus integrantes.

Artículo 66º El Consejo Superior celebra sesión ordinaria, previa citación, una vez al mes, salvo el período de receso, y extraordinaria, cada vez que fuera convocado en los términos previstos en el artículo anterior.

Artículo 67º La citación a sesión de los miembros del Consejo Superior se efectúa con la antelación mínima de tres días hábiles, por escrito, debiendo constar el orden del día de la reunión.

Capítulo III: Del Rector y el Vicerrector

Artículo 68º El Rector y el Vicerrector duran cuatro años en sus cargos y pueden ser reelectos una sola vez, o sucederse recíprocamente sólo por un período consecutivo. Si han sido reelectos, no pueden ser elegidos para ninguno de ambos cargos sino con el intervalo de un período.

Artículo 69º Son requisitos para ser designado Rector o Vicerrector:

- a) Ser argentino/a nativo o por adopción.
- b) Tener 35 años de edad cumplidos.
- c) Haber transcurrido un mínimo de 10 años desde la obtención de su título universitario a nivel de grado.
- d) Ser Profesor Ordinario, Titular o Asociado, de esta Universidad.
- e) Reunir las condiciones requeridas para ser funcionario público.

Artículo 70º El Rector y el Vicerrector son elegidos por fórmula en Sesión Extraordinaria de la Asamblea Universitaria. Dicha sesión deberá llevarse a cabo entre treinta y sesenta días antes de la expiración del mandato del Rector y Vicerrector salientes. El quorum necesario para

esta sesión es de dos tercios del total de los integrantes del cuerpo. Si en la primera convocatoria no se lograra quorum, se harán nuevas convocatorias hasta alcanzar un quorum de la mitad más uno de los integrantes del cuerpo. La elección de Rector y Vicerrector requiere la mayoría absoluta de los integrantes de la Asamblea. Si esta mayoría no se obtuviere, se procederá a una segunda votación entre las dos fórmulas más votadas en la primera, resultando electa la que obtenga la mayoría de los votos de los miembros presentes. En caso de producirse empate decide el Presidente de la Asamblea.

Artículo 71º El cargo de Rector es de dedicación exclusiva.

Artículo 72º El Rector:

- a) Ejerce la representación de la Universidad.
- b) Preside las sesiones de la Asamblea Universitaria y del Consejo Superior.
- c) Ejecuta las resoluciones de la Asamblea Universitaria y del Consejo Superior.
- d) Convoca a la Asamblea Universitaria y al Consejo Superior a sesiones ordinarias y extraordinarias.
- e) Ejerce la conducción administrativa de la Universidad, designa, remueve y ejecuta las sanciones impuestas al personal de la Universidad de acuerdo con las disposiciones de este Estatuto.
- f) Organiza las secretarías de la Universidad y designa a sus titulares.
- g) Firma los títulos, diplomas, distinciones y honores universitarios.
- h) Requiere a las autoridades universitarias los informes que estime convenientes e imparte las instrucciones necesarias para el buen gobierno y administración de la Institución.

- i) Celebra todo tipo de convenios, ad referendum del Consejo Superior.
- j) Ejecuta el presupuesto de la universidad, sin perjuicio de las facultades de delegación que contengan las reglamentaciones del Consejo Superior.
- k) Percibe los fondos institucionales por medio de Tesorería General y les da el destino que corresponda con cargo de rendir cuenta a la Asamblea Universitaria, previo dictamen del Consejo Superior.
- l) Hace cumplir las resoluciones del Tribunal Universitario y ejerce la potestad disciplinaria que los reglamentos le otorgan.
- ll) Elabora la memoria anual para someterla a consideración de la Asamblea Universitaria, previo dictamen del Consejo Superior.
- m) Autoriza, de conformidad con este Estatuto y las reglamentaciones correspondientes, el ingreso, inscripción, permanencia, promoción y egreso de los estudiantes.
- n) Resuelve sobre equivalencias y reválida de títulos expedidos por Universidades extranjeras, estudios, asignaturas y títulos de posgrado, conforme las reglamentaciones que se establezcan.
- ñ) Efectúa la convocatoria a concursos para la provisión de cargos docentes.
- o) Autoriza las actividades a las que se refiere el inciso s) del Artículo 62.
- p) Resuelve cualquier cuestión urgente, debiendo dar cuenta de sus acciones en la próxima sesión del Consejo Superior.

Artículo 73º El Vicerrector reemplazará al Rector en caso de ausencia o impedimento temporal de éste. En caso de ausencia o impedimento transitorio del Rector y del

Vicerrector, las funciones del Rector serán ejercidas por el Consejero Superior del Claustro Docente elegido por mayoría simple de votos de entre los miembros presentes del Consejo Superior.

Artículo 74º En caso de vacancia definitiva del cargo de Rector, éste será reemplazado por el Vicerrector hasta completar el mandato. En caso de vacancia definitiva del cargo de Vicerrector, el Rector convocará y reunirá en un plazo no mayor de quince días hábiles a la Asamblea Universitaria a los efectos de elegir un nuevo Vicerrector para completar el mandato. En caso de vacancia definitiva del cargo de Rector y de Vicerrector, el Consejo Superior, en sesión extraordinaria, designará un Rector Interino de entre sus miembros pertenecientes al Claustro Docente, a los efectos de que convoque y reúna en un plazo no mayor de quince días hábiles a la Asamblea Universitaria a los fines exclusivos de elegir Rector y un Vicerrector para completar el mandato. En caso de vacancia definitiva originada en la renuncia al cargo de Rector y de Vicerrector, el Rector convocará y reunirá, en un plazo no mayor de quince días hábiles, a la Asamblea Universitaria a los fines exclusivos de considerar la o las renunciaciones presentadas y la elección del Rector y/o del Vicerrector para completar el mandato.

Artículo 75º Son causales de suspensión o de separación del Rector o del Vicerrector de sus cargos la notoria conducta en el cumplimiento de sus deberes de funcionario o el incumplimiento en las obligaciones que este Estatuto le asigna.

Capítulo IV: De los Consejos Departamentales

Artículo 76º Los Consejos Departamentales están integrados por:

- a) El Director del Departamento.
- b) El Vicedirector del Departamento con voz pero sin voto.
- c) Nueve representantes del claustro docente.
- d) Cinco representantes de los estudiantes de la Diplomatura o carreras que se dicten en el departamento.
- e) Un representante de los graduados de las carreras que se dicten en el Departamento.

El mandato de los representantes docentes es de cuatro años. El de los restantes, dos años.

Artículo 77º Los directores de carrera y diplomatura participan de las sesiones de los consejos departamentales, con voz pero sin voto. Tienen voto cuando se traten temas atinentes a sus respectivas carreras.

Artículo 78º Los consejos departamentales son presididos por los respectivos Directores de Departamento, quienes tienen voz y voto, prevaleciendo el suyo en caso de empate.

Artículo 79º Los Consejos Departamentales:

- a) Dictan su reglamento interno.
- b) Solicitan al Consejo Superior la suspensión o separación de cualquiera de sus miembros por irregularidades manifiestas en el ejercicio de sus funciones, con el voto fundado de las dos terceras partes de sus miembros.
- c) Deciden en primera instancia las cuestiones contenciosas referentes a las obligaciones y derechos de los docentes. Aperceben a alumnos por faltas

- en el cumplimiento de sus deberes, y proponen al Consejo Superior suspensiones o expulsiones.
- d) Aprueban el plan anual de actividades académicas y lo elevan al Consejo Superior para su conocimiento. Ejercen el control de ejecución del mismo.
 - e) Supervisan las actividades especificadas en el Artículo 39º.
 - f) Proponen al Consejo Superior la designación de profesores extraordinarios.
 - g) Elevan anualmente al Consejo Superior las necesidades de recursos para el Departamento.
 - h) Conceden licencia al Director o Vicedirector de Departamento, Directores de Carrera y Diplomatura, y a los propios consejeros.
 - i) Proponen al Consejo Superior los planes de estudios de las carreras, títulos y grados académicos correspondientes, en el área de su competencia.
 - j) Elevan al Consejo Superior una propuesta de Planta Básica Docente, un plan de concursos y la nómina de contrataciones para cubrir necesidades docentes eventuales.
 - k) Aprueban y supervisan los programas de las asignaturas cuyo desarrollo está a cargo del Departamento, con el objeto de que se ajusten a los contenidos mínimos definidos en los correspondientes planes de estudio.
 - l) Crean y elevan al Consejo Superior un Banco de Evaluadores para la conformación de jurados y comisiones.
 - ll) Facultan al Director del Departamento a suscribir convenios de pasantías de formación académica, y cualquier otro convenio de colaboración que resulte específico al departamento y que no impliquen imputación presupuestaria.

Artículo 80º Los Consejos Departamentales sesionan válidamente con una mayoría simple de sus miembros.

Artículo 81º Los consejos departamentales consideran los asuntos para los cuales son expresamente convocados. La mayoría de sus miembros presentes puede aceptar incluir otros temas.

Artículo 82º Los consejos departamentales celebran sesión ordinaria por lo menos una vez al mes, salvo períodos de receso, y extraordinaria cada vez que son convocados por su Director o su reemplazante, o por la mitad más uno de sus integrantes.

Artículo 83º La citación a sesión de los miembros del Consejo Departamental se efectúa por escrito con una antelación mínima de tres días hábiles, debiendo constar lugar, día, hora y el orden del día de la reunión, con copias de los temas a tratar.

Capítulo V: De los Directores y Vicedirectores de Departamentos

Artículo 84º Para ser Director o Vicedirector de Departamento, se requiere tener título universitario de grado en algunas de las áreas de conocimiento que abarca el Departamento, ser Profesor Ordinario en el departamento respectivo y cumplir con los incisos a), c) y e) del Artículo 69º.

Artículo 85º Los Directores y Vicedirectores de Departamento son elegidos por los respectivos Consejos Departamentales. Sus mandatos son de cuatro años. Pueden ser reelectos una sola vez, o sucederse recíprocamente sólo por un período consecutivo. Si han sido reelectos no

pueden ser elegidos para ninguno de ambos cargos sino con el intervalo de un período.

Artículo 86º El Director de Departamento:

- a) Ejerce la representación del Departamento.
- b) Preside las sesiones del Consejo Departamental y lo convoca a sesiones ordinarias y extraordinarias.
- c) Administra los fondos que le son asignados y rinde cuenta documentada de ellos.
- d) Adopta las decisiones que se requieren para la ejecución de las medidas dictadas por los órganos superiores, en el ámbito de su competencia.
- e) Ejerce la potestad disciplinaria dentro de su ámbito, conforme a las reglamentaciones del Consejo Superior.
- f) Eleva anualmente al Consejo Departamental una memoria relativa al desenvolvimiento del Departamento y un informe sobre sus necesidades.
- g) Asesora al Rector en lo referente a reválidas y equivalencias en el área de su competencia.
- h) Resuelve cualquier cuestión urgente de competencia del Consejo Departamental, debiendo dar cuenta a éste en su próxima sesión.

Artículo 87º El Vicedirector de Departamento reemplaza al Director en caso de ausencia o impedimento de éste. En caso de ausencia o impedimento transitorio del Director y del Vicedirector, las funciones del Director serán ejercidas por el Consejero Departamental del Claustro Docente elegido por mayoría simple de votos de entre los miembros presentes del Consejo Departamental.

Artículo 88º En caso de vacancia definitiva del Director éste es reemplazado por el Vicedirector hasta completar el

mandato. En caso de vacancia definitiva del cargo de Vicedirector, el Director convocará y reunirá en un plazo no mayor de quince días hábiles al Consejo Departamental a los efectos de elegir un nuevo Vicedirector para completar el mandato. En caso de vacancia definitiva del cargo de Director y Vicedirector, el consejero departamental del claustro docente, de mayor antigüedad en la Universidad, asumirá interinamente la dirección del Departamento y convocará, dentro de los cinco días hábiles a sesión extraordinaria del Consejo Departamental a los fines exclusivos de elegir al Director y Vicedirector para completar el mandato. En caso de vacancia definitiva originada en la renuncia de Director y Vicedirector, el Director convocará y reunirá en un plazo no mayor de cinco días hábiles al Consejo Departamental con el fin exclusivo de considerar la o las renunciaciones presentadas y la elección de Director y Vicedirector para completar el mandato.

Capítulo VI: De los Directores de Carreras

Artículo 89º Para ser Director de Carrera y/o Diplomatura se requiere ser egresado universitario o poseer formación equivalente y haber tenido una destacada actuación académica o profesional en el área que corresponda al perfil del egresado de la carrera de que se trate.

Artículo 90º Los Directores de Carrera y Diplomatura son elegidos por el Consejo Departamental. Su mandato es de dos años.

Artículo 91º El Director de Carrera:

- a) Ejerce la representación de la carrera.
- b) Eleva al Director de Departamento una propues-

ta anual de dictado de materias y las necesidades docentes consiguientes.

- e) Controla el adecuado desarrollo del plan de estudios de la carrera a su cargo.
- d) Ejerce el control disciplinario en la carrera, conforme las reglamentaciones del Consejo Superior.
- e) Adopta las decisiones que se requieran para la ejecución de las resoluciones de los órganos superiores, en el ámbito de su competencia.
- f) Resuelve, dentro de sus atribuciones, cualquier cuestión urgente vinculada al desarrollo de la carrera, debiendo dar cuenta al Director del Departamento.

Artículo 92º Los Directores de Carrera o Diplomatura son suspendidos o separados por el voto de los dos tercios de los integrantes del Consejo Departamental correspondiente.

TÍTULO V

DEL RÉGIMEN ELECTORAL



Artículo 93º El Consejo Superior dicta un reglamento electoral para cada uno de los estamentos de la comunidad universitaria, de conformidad con el presente Estatuto y las siguientes pautas básicas:

- a) Para votar y ejercer representación en cualquiera de los estamentos se requiere estar inscripto en el padrón. Los padrones son elaborados por el Rector y refrendados por el Consejo Superior.
- b) Ningún integrante de la Universidad puede estar inscripto en más de un padrón. Cuando un miembro de la comunidad universitaria pertenezca simultáneamente a dos o más estamentos de la misma, deberá optar mediante comunicación escrita al Consejo Superior.
- c) En la elección de Consejeros se vota por titulares y suplentes.
- d) Las elecciones de estamentos deben contemplar la representación proporcional y la integración de las minorías en los cuerpos colegiados a partir de la obtención de un 10% de los votos válidos emitidos.
- e) Las elecciones para elegir representantes a los órganos de gobierno de la Universidad, aun cuando deban ser realizadas en forma simultánea, son independientes entre sí.

- f) Toda actividad electoral de los estamentos lo es por elección directa y voto personal, obligatorio y secreto.
- g) Para ser Consejero Superior o Departamental en representación del claustro docente se requiere ser docente ordinario de la Universidad.
- h) Para ser incluido en el padrón de estudiantes se requiere haber aprobado un mínimo de dos asignaturas de la diplomatura o carrera en la que estén inscritos, en los dos cuatrimestres previos a la fecha de la convocatoria electoral, y no haber perdido la condición de alumno regular de la Universidad.
- i) Para ser incluido en el padrón de graduados se requiere que el interesado no tenga relación contractual, laboral o profesional de ningún tipo con la Institución o con empresas o fundaciones creadas o asociadas a ellas.
- j) No podrán ser representantes del estamento estudiantil aquellos alumnos que posean una relación de dependencia laboral o contractual con la Universidad.
- k) Pueden ser elegidos como representantes del estamento estudiantil aquellos alumnos que hayan aprobado el 30 % del total de créditos o asignaturas necesarios para alcanzar el título de grado.

TÍTULO VI

DE LOS TRIBUNALES Y JUICIOS ACADÉMICOS

Artículo 94º Procede el juicio académico cuando los docentes son pasibles de cuestionamiento académico en su desempeño o cuando su conducta afecta su investidura académica o a la Universidad. Los hechos que constituyan faltas disciplinarias comunes por incumplimiento u omisiones de deberes propios de todo agente de la Administración Pública Nacional no dan lugar al juicio académico y deben sustanciarse por el procedimiento del sumario administrativo, con intervención de sumariante letrado.

Artículo 95º En los casos en que proceda el juicio académico contra docentes, conforme a las causales del presente Estatuto, entenderá un tribunal universitario, de acuerdo con la legislación vigente.



TÍTULO VII DEL CONSEJO SOCIAL COMUNITARIO

Artículo 96º El Consejo Superior conforma un Consejo Social Comunitario, integrado por entidades representativas y personalidades destacadas de la comunidad local.

Artículo 97º La finalidad de este cuerpo es mantener informadas a las autoridades de la Universidad de los requerimientos de la comunidad para con ella, así como permitir una fluida relación de la Universidad con las instituciones del medio. El Consejo Superior establece la reglamentación respectiva.

TÍTULO VIII DE LA ASISTENCIA SOCIAL



Artículo 98º La Universidad provee la seguridad y bienestar social de los integrantes de la comunidad universitaria, en el marco de la legislación vigente.

Artículo 99º El Consejo Superior presta especial atención a la organización de servicios y asociaciones destinados a atender la salud y actividad cultural, recreativa y deportiva de la comunidad universitaria.

Artículo 100º Se instituye un sistema de becas de ayuda económica para quienes, no pudiendo acceder o continuar los estudios universitarios, demuestran capacidad suficiente y responden adecuadamente a las exigencias académicas de los estudios elegidos.



TÍTULO IX

PATRIMONIOS

Y RECURSOS

Artículo 101º El Consejo Superior reglamenta lo referente al patrimonio y a la administración de los recursos de la Universidad conforme a la legislación vigente.

Artículo 102º El sistema administrativo-financiero de la Universidad está centralizado y funciona bajo la dependencia del Rector. En la reglamentación correspondiente puede preverse la delegación de servicios y la descentralización de la ejecución de las actividades.

Artículo 103º La reglamentación de los servicios a terceros y los subsidios a la investigación debe contemplar la libre disposición de los fondos por parte de los docentes beneficiarios y un control de auditoría por parte de la Universidad.

TÍTULO X

DISPOSICIONES TRANSITORIAS



Artículo 104º El Consejo Superior reglamenta las equivalencias entre las anteriores categorías docentes y las que prevé este Estatuto.

Artículo 105º Hasta tanto los docentes designados por concurso no representen un porcentaje del setenta por ciento de la Planta Básica de esta Universidad, los docentes interinos y temporarios con más de dos años continuos de antigüedad podrán sufragar en las elecciones en las que se elijan representantes de dicho claustro para los órganos de gobierno de la Universidad.

Artículo 106º Los plazos a que hace referencia el Artículo 70º no serán de cumplimiento obligatorio para la primera elección de Rector y Vicerrector siguiente a la aprobación de este estatuto.

Artículo 107º La Universidad se compromete a establecer relaciones contractuales estables con el personal docente y administrativo y de servicios en tanto las prestaciones tengan o adquieran carácter permanente.

Artículo 108º En tanto los docentes que presten servicios en departamentos que no alcancen el número suficiente



para conformar al menos dos listas de candidatos, las disposiciones estatutarias relativas a la conformación de su Consejo Departamental quedarán en suspenso y dicho órgano de gobierno se regirá para su integración por las disposiciones que al respecto dicta el Consejo Superior en consulta con el departamento respectivo.

Artículo 109º Los Directores y Vicedirectores de Departamento cesarán en sus mandatos a partir de la asunción del Rector y Vicerrector electos en la primera elección subsiguiente a la aprobación del presente Estatuto. Los Directores de Departamento que intervengan en la Asamblea Universitaria que designa a esas autoridades serán los que fueron electos por los nuevos Consejos Departamentales.

ANEXO

ANEXO



Ministerio de Educación, Ciencia
y Tecnología

"2004 – Año de la Antártida Argentina"

RESOLUCION Nº 1040



BUENOS AIRES, - 2 SET 2004

VISTO el Expediente N° 827-0640/04 del registro de la UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES, y

CONSIDERANDO:

Que por el citado expediente la UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES solicita a este Ministerio la publicación de las modificaciones introducidas, a las disposiciones de su Estatuto Académico que fueran oportunamente aprobadas por Resoluciones Ministeriales N° 1.121, de fecha 11 de junio de 1998 y 465 de fecha 30 de septiembre de 2003.

Que las presentes modificaciones fueron aprobadas por Resolución AU N° 002/04 de la Honorable Asamblea Universitaria, de fecha 3 de agosto de 2004.

Que analizada la nueva redacción del Estatuto, resulta que la misma se ajusta en general a lo establecido por la referida Ley N° 24.521, con excepción de algunos aspectos.

Que, en tal sentido corresponde observar el artículo 7° inciso a), en cuanto en el texto se introduce expresamente el término gratuidad y no ocurre lo mismo con el de equidad, produciendo dicha omisión un desequilibrio en desmedro de éste último, según la interpretación dada al artículo 75 inciso 19) de la Constitución Nacional por la Corte Suprema de Justicia de la Nación.

Que asimismo corresponde la observación del artículo 14° del Estatuto reformado, por cuanto su redacción contradice las prescripciones del artículo 51 de la citada Ley, al incorporar el vocablo "hasta" en lugar de "mientras", al referirse a la posibilidad de designar docentes interinos, posibilitando de esta forma la designación indefinida de los mismos sin el llamado al correspondiente concurso.

Que no obstante lo expuesto, atento las razones de urgencia invocadas por la Universidad y teniendo en cuenta que las observaciones efectuadas a dos de



Ministerio de Educación, Ciencia
y Tecnología

"2004 – Año de la Antártida Argentina"



sus artículos no afectan la estructura del Estatuto, corresponde hacer lugar a lo peticionado ordenando su publicación, con excepción de los artículos observados.

Que el organismo con responsabilidad primaria en el tema y la DIRECCION GENERAL DE ASUNTOS JURIDICOS han tomado la intervención que les compete.

Que la presente medida se dicta en uso de las facultades conferidas por el artículo 34 de la Ley 24.521.

Por ello,

EL MINISTRO DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA

RESUELVE:

ARTICULO 1º.- Obsérvanse los artículos 7º inciso a) y 14º, primera frase, del Estatuto de la UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES aprobado por Resolución AU 002/04, presentado para su aprobación y publicación, por no adecuarse a los artículos 75, inciso 19 de la Constitución Nacional, el primero de ellos y no adecuarse al artículo 51 de la Ley 24.521 el segundo.

ARTICULO 2º.- Efectúese la correspondiente presentación de la observación por ante la Excelentísima Cámara Federal que corresponda.

ARTICULO 3º.- Ordenar la publicación del Estatuto de la UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES, de acuerdo a lo dispuesto por la Resolución de la Honorable Asamblea Universitaria N° 002 de fecha 3 de agosto de 2004, con excepción de los artículos 7º inciso a) y 14º, observados por la presente resolución, de acuerdo al texto reproducido en el Anexo, que a todos los efectos forma parte de la presente.

ARTÍCULO 4º.- Regístrese, comuníquese, publíquese, dése a la Dirección Nacional del Registro Oficial y archívese.

Handwritten marks and initials on the left side of the page.

RESOLUCION Nº. 1040

Lic. DANIEL F. FILMUS
Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología



Inserido ao Protocolo 18.459.991-0 por Ana Carolina Marcondes Venialgo em: 10/03/2022 10:43. Download realizado por Gisele Maria Ratiguieri em 14/03/2022 18:43

Inserido ao protocolo **18.459.991-0** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 14/03/2022 18:43.



ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA

Acordo de Cooperação entre a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR e a Universidad Nacional de Quilmes - UNQ,, que visa a cooperação acadêmica entre as partes.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, doravante denominada **UNESPAR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita sob o CNPJ nº 05.012.896/0001-42 (MATRIZ), com sede à Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro - Paranavaí - Paraná - Brasil - CEP 87.701-020, representada pela Magnífica Reitora, **SALETE PAULINA MACHADO SIRINO**, inscrita no CPF sob nº. 513.131.549-20, entidade autárquica *multicampi* e, por delegação da Senhora Reitora, a execução do presente convênio será acompanhada, pelo Escritório de Relações Internacionais (ERI) da UNESPAR.

e

a **UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES – UNQ**, estabelecida no endereço Roque Sáenz Peña 352, Bernal, na Cidade, Quilmes, Argentina, neste ato representada por seu Reitor, Mg. Alfredo Alfonso, DNI 18.277.263 cientes de que a cooperação entre ambas as instituições promoverá o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades acadêmicas e culturais, resolvem celebrar o presente acordo de

CONVENIO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA

Convenio entre la Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR y la Universidad Nacional de Quilmes - UNQ, que pretende propiciar la cooperación académica entre las partes.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, en adelante **UNESPAR**, persona jurídica de derecho público interno, inscrita en el CNPJ nº 05.012.896/0001-42 (MATRIZ), con sede en Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro - Paranavaí - Paraná - Brasil - CEP 87. 701-020, representada por la Rectora Magnífica, **SALETE PAULINA MACHADO SIRINO**, inscrita en el CPF con el nº 513.131.549-20, entidad autárquica *multicampi* y, por delegación de la Rectora, la ejecución de este convenio será supervisada por la Oficina de Relaciones Internacionales (ERI) de UNESPAR.

y

la **UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES**, en adelante **UNQ** ubicada en Roque Sáenz Peña 352, Bernal, partido de Quilmes, Provincia de Buenos Aires, Argentina en este acto representada por su Rector Mg. Alfredo Alfonso, DNI 18.277.263, conscientes de que la cooperación entre ambas instituciones promoverá el desarrollo de investigaciones y otras actividades académicas y



cooperação mediante as seguintes cláusulas e condições:

culturales, resuelven celebrar el presente convenio de cooperación mediante las siguientes cláusulas y condiciones:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROPÓSITO

CLÁUSULA PRIMERA - DEL OBJETO

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR e a UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES - UNQ, concordam em promover a cooperação acadêmica entre ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse, por meio de:

LA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR y la UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES – UNQ, acuerdan en promover la cooperación académica entre ambas instituciones, en áreas de interés mutuo, por medio de:

I – Visitas e intercâmbio de docentes, estudantes e técnicos administrativos/as das referidas instituições objetivando a realização de atividades voltadas à pesquisa, ensino, extensão, cultura e gestão universitária;

I – Visitas e intercambios de profesores, estudiantes y técnicos administrativos/as de las referidas instituciones objetivando la realización de actividades vinculadas a la investigación, enseñanza, extensión, cultura y gestión universitaria;

II – Constituição de grupos de trabalho, elaboração e desenvolvimento conjunto de projetos e programas de cooperação a curto, médio e longo prazos;

II – Constitución de grupos de trabajo, elaboración y desarrollo conjunto de proyectos y programas de cooperación a corto, mediano y largo plazo;

III – Organização conjunta de eventos acadêmicos, científicos e culturais;

III – Organización conjunta de eventos académicos, científicos y culturales;

IV – Cursos de diferentes níveis e categorias;

IV – Cursos de diferentes niveles y categorías;

V – Consultoria técnica;

V – Consultoría técnica;

VI – Facilitação do acesso à infraestrutura informacional e laboratorial das respectivas instituições;

VI – Facilidad de acceso a la infraestructura informacional y a los laboratorios de las respectivas instituciones;

VII – Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas, científicas e culturais;

VII – Intercambio de informaciones y publicaciones académicas, científicas y culturales;

VIII – Cursos e disciplinas compartilhados.

VIII – Cursos y disciplinas compartidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação de cada caso específico de cooperação, ambas as instituições deverão preparar conjuntamente um programa de trabalho relativo às formas, aos meios e às responsabilidades, que será objeto de Termo Aditivo, a ser firmado entre as partes interessadas, com regras próprias de operacionalização das atividades.

§ 1º Este Acordo de Cooperação poderá ser aditado através de Termo Aditivo o qual terá efeito de Convênio específico.

§ 2º Os planos de trabalho ou Projetos aludidos nesta cláusula deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – Identificação dos executores e as responsabilidades assumidas entre as partes interessadas;
- II – Metas a serem atingidas;
- III – Etapas ou fases de execução;
- IV – Cronograma de execução;
- V – Detalhamento sobre responsabilidades financeiras.

CLAUSULA SEGUNDA – DE LA IMPLEMENTACIÓN

Para la implementación de cada caso específico de cooperación, ambas instituciones deberán preparar conjuntamente un programa de trabajo relativo a las formas, a los medios y a las responsabilidades, que será objeto de un Término Adicional, a ser firmado entre las partes interesadas, con reglas propias sobre el desarrollo de las actividades.

§1º Este Convenio de Cooperación podrá ser ampliado a través de un Termino Adicional el cual tendrá efecto de convenio específico.

§ 2º Las planificaciones del trabajo o Proyectos aludidos en esta cláusula deberán contener, como mínimo, las siguientes informaciones:

- I – Identificación de los ejecutores y las responsabilidades asumidas entre las partes interesadas;
- II – Metas a ser alcanzadas;
- III – Etapas o fases de la ejecución;
- IV – Cronograma de ejecución;
- V – Detalles sobre las responsabilidades financieras.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO FINANCIAMENTO

§ 1º Cada instituição deverá envidar todos os esforços para o levantamento de fundos provenientes de fontes internas ou externas, a fim de tornar possível a realização dos programas de cooperação.

§ 2º As partes acordantes poderão compartilhar os custos inerentes às diversas atividades, segundo a sua regulamentação interna e entendimentos prévios e específicos para cada caso. Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As atividades de investigação conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos Projetos ou Planos de Trabalho vinculados ao presente Acordo de Cooperação. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos/as os/as intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o acordo prévio das duas partes. A parte que deixar de cumprir o pactado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

CLAUSULA TERCERA – DEL FINANCIAMIENTO

§ 1º Cada institución deberá realizar todos los esfuerzos para la obtención de fondos provenientes de fuentes internas o externas, con el fin de tornar posible la realización de los programas de cooperación.

§ 2º Las partes convenidas podrán compartir los costos inherentes a las diversas actividades, siguiendo su reglamentación interna y entendimientos previos y específicos para cada caso. No habrá transferencia de recursos financieros entre las partes.

CLÁUSULA CUARTA – DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL

Las actividades de investigación conjunta que lleguen a producir resultados pasibles de ser protegidos por los derechos de propiedad intelectual deberán estar previstas en los Proyectos o Planes de Trabajo vinculados al presente Convenio de Cooperación. Ambas Universidades deberán acordar reglas articuladas en el sentido de garantizar la adhesión de todos los/as participantes a las normas establecidas en los respectivos Reglamentos de Propiedad Intelectual. Por lo tanto, ninguno de los resultados de la cooperación académica o técnica podrá ser utilizado sin el acuerdo previo de las dos partes. Aquella parte que deje de cumplir lo pactado en esta cláusula asumirá la responsabilidad jurídica



correspondiente.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXCLUSIVIDADE

Ambas as partes poderão celebrar convênios análogos com outras pessoas jurídicas de direito privado e/ou público, para o mesmo fim, objeto deste instrumento, **não havendo**, portanto, qualquer espécie de exclusividade.

CLÁUSULA SEXTA – DAS EXIGÊNCIAS

Os/As docentes, pesquisadores/as e estudantes participantes dos programas de cooperação, nos termos deste Acordo, caso necessário, seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora, e deverão contratar um seguro internacional de cobertura médico-hospitalar para a sua permanência no exterior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Este Acordo de Cooperação vigorará a partir da data de sua assinatura, por um período de **cinco anos**. Findo o prazo, o Acordo de Cooperação poderá ser reeditado, com a concordância de ambas as instituições, mediante o estabelecimento de um novo Acordo de Cooperação ou um Convênio específico.

CLÁUSULA QUINTA – DE LA EXCLUSIVIDAD

Ambas partes pueden suscribir instrumentos similares con otras entidades legales regidas por el derecho privado y/o público, con el mismo propósito, objeto de este instrumento y, por lo tanto, **no hay**, exclusividad de ningún tipo.

CLÁUSULA SEXTA – DE LAS EXIGENCIAS

Los/as docentes, investigadores/as y estudiantes participantes de los programas de cooperación, en los términos de este Convenio, de ser necesario, seguirán las exigencias de inmigración del país de la institución receptora y deberán contratar un seguro internacional de cobertura médica-hospitalaria para su permanencia en el exterior.

CLÁUSULA SÉPTIMA – DE LA VIGENCIA

Este Convenio de Cooperación entrará en vigencia a partir de la fecha de la firma del mismo por un período de **cinco años**. Finalizado el plazo, el Convenio de Cooperación podrá ser reeditado, con la concordancia de ambas instituciones, mediante el establecimiento de un nuevo Convenio de Cooperación o un Acuerdo específico.



CLÁUSULA OITAVA – DO TERMO ADITIVO

Quaisquer modificações nos termos deste Acordo de Cooperação, deverão ser efetuadas por meio de Termo Aditivo, devidamente acordado e assinado entre as partes signatárias.

CLÁUSULA OCTAVA – DEL TÉRMINO ADICIONAL

Cualquier tipo de modificación en los términos de este Convenio de Cooperación deberán ser efectuadas por medio de un acta adicional, debidamente acordado entre las partes firmantes.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Acordo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as atividades em curso, as quais serão cumpridas antes de efetivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações cabíveis.

CLÁUSULA NOVENA – DE LA DENUNCIA

El presente Convenio podrá ser denunciado en cualquier momento, por cualquiera de las partes, mediante comunicación expresa, con una anticipación mínima de 90 (noventa) días. En caso de existir cuestiones pendientes o en curso, las partes definirán, mediante Término de Finalización del Convenio, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los programas de trabajo existentes, respetadas las actividades en curso, las cuales serán cumplidas antes de efectuarse la finalización, así como cualquiera de las otras responsabilidades u obligaciones.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Acordo, as partes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador.

CLÁUSULA DÉCIMA – DE LA RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Para dirimir dudas que puedan ser suscitadas durante la ejecución e interpretación del presente Convenio, las partes realizarán esfuerzos buscando una solución consensual. No siendo posible, las partes convenidas indicarán, de común acuerdo, a un tercero,



E por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito.

persona física, para actuar como mediador.

Y por estar de esta forma justas y acordadas, las partes firman el presente término en 2 (dos) copias, de igual tenor y para un sólo efecto.

Paranavaí, de de 2022.

Buenos Aires, de 2022.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Universidade Estadual
do Paraná – UNESPAR

Mg. Alfredo Alfonso
Rector de la Universidad Nacional
de Quilmes - UNQ

Testemunhas:

Testigos:

Nadia Moroz Luciani
Diretora do Escritório de Relações
Internacionais da UNESPAR

Hernán González
Director de Asuntos Académicos de
la Secretaría de Posgrado de la
Universidad Nacional de Quilmes -
UNQ

PARECER TÉCNICO 006/2022
Diretoria de Projetos e Convênios - UNESPAR

Processo Nº: 18.459.991-0

Concedente: Universidade Estadual do Paraná - Unespar
Conveniente: Universidad Nacional de Quilmes - UNQ.

Objeto do Convênio:

A Universidade Estadual do Paraná – Unespar e a Universidad Nacional de Quilmes - UNQ, Concordam em promover a cooperação acadêmica entre ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse, por meio de: I – Visitas e intercâmbio de docentes, estudantes e técnicos administrativos/as das referidas instituições objetivando a realização de atividades voltadas à pesquisa, ensino, extensão, cultura e gestão universitária; II – Constituição de grupos de trabalho, elaboração e desenvolvimento conjunto de projetos e programas de cooperação a curto, médio e longo prazos; III – Organização conjunta de eventos acadêmicos, científicos e culturais; IV – Cursos de diferentes níveis e categorias; V – Consultoria técnica; VI – Facilitação do acesso à infraestrutura informacional e laboratorial das respectivas instituições; VII – Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas, científicas e culturais; VIII – Cursos e disciplinas compartilhados.

1) Dos documentos do processo apresentados por meio do e-protocolo:

- I) Carta Solicitação, às folhas 02 a 04;
- II) Memorando 004/2022 - ERI, à folha 06;
- III) Designação de reitor da Universidade de Quilmes, às folhas 07 e 08;
- IV) Estatuto da Universidad Nacional de Quilmes, às folhas 09 a 54;
- V) Minuta do Acordo de Cooperação Técnica, às folhas 55 a 61.

5) Dos Encaminhamentos:

- I) Análise e Parecer Técnico da Diretoria de Projetos e Convênios;
- II) À Procuradoria Jurídica da Unespar;
- III) Ao Pró-Reitor de Planejamento para apreciação e possível pauta de reunião do Conselho de Planejamento de Administração e Finanças da Unespar;
- IV) Conselho de Planejamento de Administração e Finanças da Unespar.

6) Parecer Técnico:

Não há transferência de recursos entre as partes.

Trata-se de Acordo para o desenvolvimento de ações que beneficiam a internacionalização da Unespar.

Esta Diretoria é de Parecer Técnico favorável, ao mérito apresentado.

É o parecer.

Paranavaí, 25 de março de 2022.

Gisele Maria Ratigueri
Diretora de Projetos e Convênios
Pró-Reitora de Planejamento - Unespar



ePROCOLO



Documento: **ParecerTecnico006.2022ERIQUEILMES.pdf**.

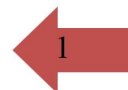
Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 25/03/2022 20:12.

Inserido ao protocolo **18.459.991-0** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 25/03/2022 20:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
bd9ef78d48147c088fad11d4cb03a32a.



PARECER N. 007/2022-DI-ADM-PROJUR/UNESPAR

Protocolo Digital: 18.459.991-0

EMENTA: Termo de Acordo de Cooperação Acadêmica que entre si celebram a Universidade Nacional de Asunción - UNA e a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ.

Objeto: Minuta do Acordo de Cooperação entre as instituições no intuito de promover intercâmbios educacionais, pesquisas e outras atividades acadêmicas e culturais.

Interessado(s): Diretora de Projetos e Convênios da UNESPAR.

I. Histórico

Trata-se de processo encaminhado pela Diretora de Projetos e Convênios – UNESPAR, Sra. Gisele Ratiguieri, solicitando parecer técnico acerca da Minuta do Acordo de Cooperação Acadêmica firmado entre a Universidad Nacional de Quilmes - UNQ e a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, visando estabelecer cooperação mútua entre as Universidades signatárias, mediante o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades acadêmicas e culturais, nos termos do Protocolo Digital n.º 18.459.991-0, controlado pelo Sistema de Protocolo Integrado WEB E-PROTOCOLO, sendo encaminhado o volume do processo eletrônico e o fluxo de trabalho.

O Processo segue acompanhado dos seguintes documentos:

- Fls.02 - Carta Solicitação;
 - Fls. 06 - Memorando 004/2022-ERI da Diretora do Escritório de Relações Internacionais;
 - Fls.07 a 08 – Designação do reitor da Universidade de Quilmes;
 - Fls.09 a 54 – Estatuto da Universidad Nacional de Quilmes;
 - Fls.55 a 61 – Minuta do Acordo de Cooperação;
 - Fls.62 – Parecer Técnico n.006/2022 da Diretoria de Projetos e Convênios - UNESPAR;
- Encaminhamento da Diretora de Projetos e Convênios – UNESPAR.
Feito o breve relatório, seguem as considerações.

I- Minuta do Termo de Cooperação

A Minuta do Acordo de Cooperação pretende promover cooperação mútua entre as Universidades signatárias, dentre elas os intercâmbios educacionais, administrativos e acadêmicos que trarão benefícios para as suas instituições, de onde destacam-se as seguintes cláusulas:

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR e a UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES - UNQ, concordam em promover a cooperação acadêmica entre ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse, por meio de:



I – Visitas e intercâmbio de docentes, estudantes e técnicos administrativos/as das referidas instituições objetivando a realização de atividades voltadas à pesquisa, ensino, extensão, cultura e gestão universitária;

II – Constituição de grupos de trabalho, elaboração e desenvolvimento conjunto de projetos e programas de cooperação a curto, médio e longo prazos;

III – Organização conjunta de eventos acadêmicos, científicos e culturais;

IV – Cursos de diferentes níveis e categorias;

V – Consultoria técnica;

VI – Facilitação do acesso à infraestrutura informacional e laboratorial das respectivas instituições;

VII – Intercâmbio de informações e publicações acadêmicas, científicas e culturais;

CLÁUSULA TERCEIRA –DO FINANCIAMENTO

(...)

§ 2ºAs partes acordantes poderão compartilhar os custos inerentes às diversas atividades, segundo a sua regulamentação interna e entendimentos prévios e específicos para cada caso. **Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes.**

(...)

CLÁUSULA SÉTIMA–DA VIGÊNCIA

Este Acordo de Cooperação vigorará a partir da data de sua assinatura, por um período de cinco anos. Findo o prazo, o Acordo de Cooperação poderá ser reeditado, com a concordância de ambas as instituições, mediante o estabelecimento de um novo Acordo de Cooperação ou um Convênio específico.

II- Da Legislação

O presente Acordo de Cooperação deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 20.541/2021, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e, subsidiariamente da Lei Federal nº 14.133/2021, além das demais legislações pertinentes.

A Lei 15.608/2007, que estabelece as normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos poderes do Estado do Paraná, dispõe:

“Art. 4º. Para os fins desta lei considera-se: (...)

XII – Convênio – **acordo**, ajuste ou instrumento congênere firmado por entidades públicas entre si ou com particulares, para a consecução de objetivos comuns, sem remuneração ou cobrança de taxas entre os partícipes; (Destaque nosso).”

Com relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei Federal nº 13.709/2018, cumpre mencionar que o tratamento de dados pessoais para a execução deste Acordo a ser operado no território nacional se dará nas Hipóteses legais de tratamento previstas nos art.7º, III e do art.11, II “b”:

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei; (...)

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:



- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;**

3

No mesmo sentido, os partícipes deverão observar a base legal que legitime o tratamento dos dados pessoais, e não sendo aquelas previstas para a execução do presente Convênio, justificar o enquadramento da base legal cabível de forma transparente (Princípio da Finalidade, art.6º, I da LGPD).

Importante destacar que o término do tratamento desses dados acontecerá com base nos artigos 15 e 16 da mesma Lei, quando a finalidade for alcançada, todavia alguns dados poderão permanecer nas bases de dados das instituições para fins de cumprimento das obrigações legais.

Frise-se que deverão ser utilizados somente os dados necessários à execução do presente Convênio (Princípio da necessidade, art.6º, III da LGPD) e que os partícipes exercerão o controle dos dados que tiverem acesso por meio deste Termo/Acordo, responsabilizando-se sobre estes (art.5º, VI da LGPD).

Por sua vez, consta na Lei de licitações do Paraná:

Art. 134. A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelo Estado do Paraná e demais entidades da Administração depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 1º. Os convênios, acordos, ou ajustes que não impliquem repasse de verba pela entidade conveniente poderão prescindir das condições previstas nos incisos IV e V deste artigo.

§ 2º. O plano de trabalho deverá ser elaborado com a observância dos princípios da Administração Pública, especialmente os da isonomia, sustentabilidade ambiental, eficiência, economicidade, proporcionalidade, razoabilidade e da forma mais vantajosa para a Administração.

§ 3º. O plano de trabalho deve detalhar as ações a serem implementadas e, envolvendo construções e/ou reformas, ser acrescido do projeto próprio, aprovado pelos órgãos competentes e acompanhado de cronograma físico-financeiro da obra."

De toda forma, conforme o referido dispositivo da Lei Federal, bem como da Lei Estadual, o termo de convênio possui seu objeto identificado, sendo que as fases da execução e as metas a serem atingidas deverão constar do respectivo Plano de Trabalho, mediante um plano de aplicação dos eventuais recursos financeiros, e no que mais for necessário ao desiderato, conforme a lei e os princípios da Administração Pública, como se vê:

CLÁUSULA SEGUNDA –DA IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação de cada caso específico de cooperação, ambas as instituições deverão preparar conjuntamente um programa de trabalho relativo às formas, aos meios e às responsabilidades, que será objeto de Termo Aditivo, a ser firmado entre as partes interessadas, com regras próprias de operacionalização das atividades.

§ 1º Este Acordo de Cooperação poderá ser aditado através de Termo Aditivo o qual terá efeito de Convênio específico.

§ 2º Os planos de trabalho ou Projetos aludidos nesta cláusula deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – Identificação dos executores e as responsabilidades assumidas entre as partes interessadas;
- II – Metas a serem atingidas;
- III – Etapas ou fases de execução;
- IV – Cronograma de execução;
- V – Detalhamento sobre responsabilidades financeiras.

Desse modo, havendo convergência de interesses entre as Instituições partícipes, e diante da ausência de repasses financeiros (possibilidade de dispensa das certidões negativas), não se encontram motivos para instauração de processo de licitação, ou de dispensa de licitação.

IV – Da documentação necessária e recomendações

Como regra geral, o processo do **convênio** (acordo em análise) deve ser instruído pelos documentos elencados nos artigos 136 e 137 da Lei 15.608/2007, que estabelece as normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos poderes do Estado do Paraná, *in verbis*:

“136. Os processos destinados à celebração de convênio deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - ato constitutivo da entidade convenente;

II - comprovação de que a pessoa que assinará o convênio detém competência para este fim específico;

III - prova de regularidade do convenente para com as Fazendas Públicas;

IV - prova de regularidade do convenente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS);

V - plano de trabalho detalhado, com a clara identificação das ações a serem implementadas e da quantificação de todos os elementos;

VI - prévia aprovação do plano de trabalho pela autoridade competente;

VII - informação das metas a serem atingidas com o convênio;

VIII - justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para aquilatação da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio;

IX - especificação das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada;

X - orçamento devidamente detalhado em planilha;

XI - plano de aplicação dos recursos financeiros;

XII - correspondente cronograma de desembolso;

XIII - indicação das fontes de recurso e dotação orçamentária que assegurarão a integral execução do convênio;

XIV - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

XV - declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual



e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
XVI - declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato." ← 5

Outrossim, observa-se que a minuta contida no processo deve apresentar **a indicação do gestor que acompanhará a execução do Acordo**, além dos itens elencados no art. 136 da Lei 15.608/2007, conforme artigo 137, em que:

“**Art. 137.** A minuta do convênio deve ser adequada ao disposto no artigo anterior, devendo, ainda, contemplar:
I - detalhamento do objeto do convênio, descrito de forma precisa e definida;
II - especificação das ações, item por item, do plano de trabalho, principalmente as que competirem à entidade privada desenvolver;
III - previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;
IV - indicação do agente público que, por parte da Administração, fará o acompanhamento e a fiscalização do convênio e dos recursos repassados, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do convênio; (Grifo Nosso).”

Ainda, no que diz respeito às obrigações da Cláusula Sexta do termo, além do dever de contratação do seguro que de saúde abrangente, que inclua cobertura médica e despesas de repatriamento, recomenda-se prever que o estudante participante do programa estará sujeito à todas as regras e regulamentos da instituição anfitriã.

Desse modo, o presente Convênio deve ser implementado em conformidade com a Lei 8.666/93 (revogada pela lei 14.133 de 01 de abril de 2021) e a Lei do Estado do Paraná 15.608/2007, bem como observando o Regimento Interno (art.7º) e o Manual de Convênios UNESPAR (março/2021): <http://unespar.edu.br:8081/PROPLAN/menu-principal/diretoria-de-projetos-e-convenios/resolucao-no-002-2021-aprova-o-manual-de-projetos-e-covenios-da-unespar-1.pdf>

V- Conclusão

Com os apontamentos acima, essa Procuradoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade de firmar Minuta do Acordo de Cooperação entre a Universidad Nacional de Quilmes - UNQ e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), no que se refere aos pressupostos jurídicos, mediante aprovação pelo CAD, em que busquem a execução de objetivos de interesse comum, com a ausência de repasses financeiros, sem necessidade de licitação, desde que atendendo os dispostos nos artigos 136 e 137 da Lei 15.608/2007 e as recomendações apontadas, nos termos do Protocolo: 18.459.991-0.
É o parecer.

Paranavaí, 31 de Março de 2022.

Lia Nara Viliczinski de Oliveira
Advogada OAB/PR 81.638
Procuradoria Jurídica - UNESPAR



ePROCOLO



Documento: **PARECER0072022PROJURDIADM18.459.9910ACORDOINTERNACIONALUniversidadeNacionaldeQuilmes.pdf.**

Assinatura Qualificada realizada por: **Lia Nara Viliczinski de Oliveira** em 01/04/2022 10:21.

Inserido ao protocolo **18.459.991-0** por: **Lia Nara Viliczinski de Oliveira** em: 01/04/2022 10:20.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
7ce656fd7d1d81481c09412c9ecf6316.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVENIOS**

Protocolo: 18.459.991-0
Assunto: CARTA-SOLICITAÇÃO PARA O Escritório de Relações Internacionais (ERI) solicitANDO abertura do processo de convênio entre a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Provincia de Buenos Aires, Argentina.
Interessado: NÁDIA MOROZ LUCIANI
Data: 01/04/2022 15:04

DESPACHO

Paranavaí, 01/04/2022.
Prezado Pró-Reitor de Planejamento da Unespar, Sr. Sydnei Kempa.
Encaminhamos o presente protocolado, para apreciação e possível envio para proposta de pauta, a reunião do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças (CAD), da Unespar.

Respeitosamente,
Gisele Ratigueri
Diretora de Projetos e Convênios
PROPLAN/UNESPAR



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_2.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 01/04/2022 15:04.

Inserido ao protocolo **18.459.991-0** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 01/04/2022 15:04.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
d0f8d6202929b6da1ec5053a5dbbb4d6.